

**EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO
GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL**

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

Conteúdo

Relatório dos auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações dos valores adicionados

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Empresa de Saneamento do Mato Grosso do Sul S.A. - Sanesul
Campo Grande - MS

Examinamos as demonstrações contábeis da **Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - Sanesul** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Empresa de Saneamento do Mato Grosso do Sul S.A. - Sanesul** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Sem alterar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 16 b às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2014, que descreve a incerteza relacionada ao passivo contingencial no valor de R\$ 19.210 mil, referente a dívida contraída em 1994, com a Tigre S.A. - Tubos e Conexões (“Tigre”), cujo valor foi revisto no exercício de 2000, no qual a Companhia e a Tigre assinaram um termo judicial de confissão e acordo de dívida, no montante de R\$ 14.000 mil, a valores históricos da época. Amparada pelos consultores jurídicos, a Companhia suspendeu, desde 2004, as amortizações mensais dessa dívida e realizou o recolhimento das parcelas devidas até o mês de julho de 2004, por meio de depósitos judiciais, uma vez que está pleiteando nova revisão do saldo devedor, com base em laudo técnico realizado por uma empresa independente, cujo resultado montou R\$ 7.697 mil, quando da assinatura daquele termo judicial. Em 03 de julho de 2006, foi ajuizado pela Tigre uma execução de título judicial, em que está requerendo a penhora no valor de R\$ 19.625 mil e, caso não sejam encontrados valores disponíveis, tal penhora pode recair sobre o desfecho e a perspectiva de perdas em litígios dessa nova execução, bem como seus efeitos sobre as demonstrações contábeis.

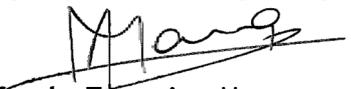
Outros assuntos

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da **Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - Sanesul**, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Campo Grande, 06 de fevereiro de 2015.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - MS


Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 154954/O-3 - S - MS


José Martins Alves
Contador CRC MS 9938/O-0

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota Explicativa	2014	2013		Nota Explicativa	2014	2013
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	3.927	6.318	Fornecedores e empreiteiros	11	27.407	20.942
Aplicações financeiras	5	8.014	49.161	Empréstimos e financiamentos	12	8.269	7.846
Contas a receber	6	57.366	58.972	Obrigações com pessoal	13	15.832	15.575
Estoques	7	7.200	6.469	Impostos e contribuições		4.712	4.018
Impostos e contribuições a recuperar		719	1.531	Parcelamento de tributos e contribuições sociais	14	2.553	2.365
Outros créditos		557	929	Juros sobre capital próprio	15	22.527	19.732
		<u>77.783</u>	<u>123.380</u>	Outras contas a pagar		3.865	4.645
						<u>85.165</u>	<u>75.123</u>
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais		1.539	2.359	Empréstimos e financiamentos	12	68.491	65.343
Impostos a recuperar		260	-	Parcelamento de tributos e contribuições sociais	14	4.688	6.724
Impostos diferidos	19	49.563	50.040	Provisões para contingências	16	35.345	31.708
Ativo financeiro	8	77.752	70.480	Outras contas a pagar		582	606
Imobilizado	9	62.055	48.096			<u>109.106</u>	<u>104.381</u>
Intangível	10	412.365	335.697				
		<u>603.534</u>	<u>506.672</u>				
				Patrimônio líquido			
				Capital social	18 a	450.000	400.000
				Reserva legal	18 b	19.234	17.270
				Reserva de lucros	18 c	15.716	31.267
				Reserva de incentivo fiscal	18 d	2.096	2.011
						<u>487.046</u>	<u>450.548</u>
Total do ativo		<u><u>681.317</u></u>	<u><u>630.052</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>681.317</u></u>	<u><u>630.052</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Demonstração dos resultados Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2014	2013
Receita operacional líquida	20	300.122	268.119
Custo de operação e manutenção	21	(169.935)	(140.690)
Lucro bruto		130.187	127.429
Despesas e receitas operacionais			
Despesas comerciais	22	(8.313)	(6.311)
Despesas administrativas	23	(79.463)	(63.220)
Outras receitas	24	6.487	3.918
		(81.289)	(65.613)
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos		48.898	61.816
Encargos financeiros líquidos	25	(1.004)	1.051
Resultado antes dos impostos		47.894	62.867
Imposto de renda e contribuição social corrente		(8.125)	(10.460)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(477)	(4.106)
		(8.602)	(14.566)
Lucro líquido do exercício		39.292	48.301
Lucro por ação do capital social (Em R\$)		0,14	0,17

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Demonstração dos resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Resultado do exercício	39.292	48.301
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>39.292</u>	<u>48.301</u>
Total do resultado abrangente atribuível aos:		
Acionistas	39.292	48.301
	<u>39.292</u>	<u>48.301</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Patrimônio líquido
		Incentivo	Legal	Para Investimento		
Em 01 de Janeiro de 2013	300.000	1.687	14.854	78.112	-	394.653
Aumento de capital	100.000	-	-	(72.674)	-	27.326
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	48.301	48.301
Destinações:						
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(19.732)	(19.732)
Reserva de incentivo fiscal - Lei nº 11.941/09	-	324	-	-	(324)	-
Reserva legal	-	-	2.416	-	(2.416)	-
Reserva retenção de lucros	-	-	-	25.829	(25.829)	-
Em 31 de dezembro de 2013	400.000	2.011	17.270	31.267	-	450.548
Aumento de capital	50.000	-	-	(30.267)	-	19.733
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	39.292	39.292
Destinações:						
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(22.527)	(22.527)
Reserva de incentivo fiscal - Lei nº 11.941/09	-	85	-	-	(85)	-
Reserva legal	-	-	1.964	-	(1.964)	-
Reserva retenção de lucros	-	-	-	14.716	(14.716)	-
Em 31 de dezembro de 2014	450.000	2.096	19.234	15.716	-	487.046

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Demonstração dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

	2014	2013
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais		
Resultado do exercício	39.292	48.301
Ajustes para:		
Amortizações do intangível	15.135	13.076
Depreciações	5.863	5.278
Provisão para devedores duvidosos	9.747	1.440
Custo de bens baixados	62	106
Provisão para contingências	3.992	3.571
Juros do parcelamento tributos e contribuições sociais	682	559
Impostos diferidos IR/CSLL	477	4.106
Encargos financeiros sobre financiamentos de obras	370	302
Encargos financeiros sobre outros financiamentos	6	34
	75.626	76.773
Varição dos ativos operacionais		
Outros investimentos	41.147	6.945
Contas a receber	(8.141)	(6.355)
Estoques	(731)	(1.139)
Impostos e contribuições a recuperar	812	(783)
Depósitos judiciais	820	(339)
Outros créditos	373	(157)
	34.280	(1.828)
Varição dos passivos operacionais		
Fornecedores e empreiteiros	6.465	4.159
Salários, férias e gratificações e encargos sociais	257	1.822
Impostos e contribuições	694	(109)
Outras contas a pagar	(804)	(216)
Pagamentos de juros sobre financiamentos para obras	(3.121)	(2.775)
Pagamentos de juros sobre outros financiamentos	(224)	(130)
	3.267	2.751
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	113.173	77.696
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimentos		
Aplicação no intangível	(99.794)	(65.584)
Aplicação no imobilizado	(22.885)	(16.086)
Subvenções recebidas	3.714	4.627
	(118.965)	(77.043)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamentos		
Financiamentos obtidos para obras	9.444	3.861
Parcelamento tributos e contribuições sociais	-	(1.920)
Outros financiamentos	-	5.004
Outros parcelamentos	353	-
Juros sobre capital próprio	2.794	2.630
Amortização do parcelamento de tributos e contribuições sociais	(2.465)	(2.082)
Amortizações de financiamentos para obras	(5.159)	(6.118)
Amortizações de outros financiamentos	(1.566)	(880)
	3.401	495
Varição líquida em caixa e equivalente de caixa	(2.391)	1.148
Caixa e equivalente no início do exercício	6.318	5.170
Caixa e equivalente no final do exercício	3.927	6.318
Varição líquida em caixa e equivalente de caixa	(2.391)	1.148

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Demonstração do valor adicionado Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

	2014	2013
Receitas		
Receitas operacionais	330.833	301.406
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.637)	(4.644)
Outras receitas	6.487	6.077
	326.683	302.839
Insumos adquiridos de terceiros		
Produtos químicos consumidos	(4.965)	(3.585)
Outros materiais consumidos	(11.477)	(10.375)
Energia elétrica	(28.281)	(23.036)
Serviços de terceiros contratados	(74.026)	(56.468)
Outras despesas operacionais	(8.480)	(7.809)
	(127.229)	(101.273)
Valor adicionado bruto	199.454	201.566
Depreciações e amortizações		
Amortizações do intangível	(15.135)	(13.077)
Depreciações	(5.863)	(5.277)
	(20.998)	(18.354)
Valor adicionado líquido	178.456	183.212
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	4.013	4.938
Valor adicionado total a distribuir	182.469	188.150
Distribuição do valor adicionado		
Empregados e administradores		
Salários e encargos sociais	80.737	70.009
Honorários da diretoria e conselhos	888	858
Programa de participação nos resultados	1.006	2.998
	82.631	73.865
Governos		
Tributos federais	51.818	49.814
Tributos federais diferidos	477	4.106
Tributos estaduais	-	5.528
	52.295	59.448
Financiadores		
Aluguéis	3.234	2.649
Encargos financeiros	5.017	3.887
	8.251	6.536
Acionistas		
Juros sobre capital próprio	22.527	19.732
	22.527	19.732
Lucros retidos do exercício	16.765	28.569
Valor total	182.469	188.150

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - Sanesul, localizado à rua Doutor Zerbini, número 421, Bairro Chácara Cachoeira, Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Companhia criada pelo Decreto Estadual nº 71, de 26 de janeiro de 1979, é uma sociedade de economia mista, vinculada à Governadoria do Estado e por ela supervisionada, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, com capital subscrito pelo Estado. É regida pela legislação federal e estadual, que disciplinam as atividades relacionadas ao Saneamento Básico, pela legislação aplicável às Sociedades por Ações e por seu Estatuto, nos termos da Lei nº 1.496 de 12 de maio de 1994.

Tem por objeto social a exploração dos serviços públicos e sistemas privados de abastecimento de água, coleta, remoção e destinação final de efluentes e resíduos sólidos domésticos e industriais e seus subprodutos; de drenagem e manejo das águas fluviais urbanas; serviços relacionados à proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos; serviços relativos à saúde da população, prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e certificação nessas áreas de atuação, bem como outros serviços de interesse para a Companhia e para o Estado de Mato Grosso do Sul, dentro e fora de seus limites territoriais. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais, municipais e outras em assuntos pertinentes à consecução de seus objetivos básicos.

As operações da Companhia são representadas pelas seguintes concessões:

Municípios	Data assinatura do contrato	Cronograma de vencimento	Prazo da concessão	Prazo da concessão restante (anos)
Água Clara	16 julho, 2002	16 julho, 2022	20	7,5
Alcinópolis	21 março, 2011	21 março, 2041	30	26,2
Amambai	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	24,0
Anastácio	4 novembro, 2008	4 novembro, 2038	30	23,9
Anaurilândia	30 outubro, 2003	30 outubro, 2023	20	8,8
Angélica	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	24,0
Antônio João	3 agosto, 2011	3 agosto, 2041	30	26,6
Aparecida do Taboado	5 julho, 2000	5 julho, 2020	20	5,5
Aquidauana	15 agosto, 2011	15 agosto, 2041	30	26,6
Aral Moreira	23 março, 2010	23 março, 2040	30	25,2
Bataguassu	9 setembro, 2011	9 setembro, 2041	30	26,7
Bataiporã	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	24,0
Bodoquena	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	24,0
Bonito	24 julho, 2000	30 setembro, 2013	13	0,0 (a)
Brasilândia	29 setembro, 1980	29 setembro, 2010	30	0,0 (a)
Caarapó	16 maio, 2000	16 maio, 2020	20	5,4
Camapuã	4 novembro, 2008	4 novembro, 2038	30	23,9
Caracol	13 setembro, 2011	13 setembro, 2041	30	26,7
Chapadão do Sul	10 agosto, 2010	10 agosto, 2040	30	25,6
Coronel Sapucaia	29 dezembro, 2009	29 dezembro, 2039	30	25,0
Corumbá	11 setembro, 1999	11 setembro, 2019	20	4,7
Coxim	18 março, 2004	18 março, 2024	20	19,2
Deodópolis	15 dezembro, 2011	15 dezembro, 2041	30	27,0
Dois Irmãos do Buriti	18 julho, 2001	18 julho, 2021	20	6,6
Douradina	6 junho, 2001	6 junho, 2021	20	6,4
Dourados	9 setembro, 1999	9 setembro, 2019	20	4,7
Eldorado	15 dezembro, 2011	15 dezembro, 2041	30	27,0

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

Municípios	Data assinatura do contrato	Cronograma de vencimento	Prazo da concessão	Prazo da concessão restante (anos)
Fátima do Sul	30 março, 2000	30 março, 2020	20	5,2
Figueirão	18 abril, 2005	18 abril, 2025	20	10,3
Guia Lopes da Laguna	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	24,0
Iguatemi	12 março, 2003	12 março, 2023	20	8,2
Inocência	1 outubro, 2009	1 outubro, 2039	30	24,8
Itaporã	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	24,0
Itaquiraí	15 março, 2001	15 março, 2021	20	6,2
Ivinhema	4 agosto, 2011	4 agosto, 2041	30	26,6
Japorã	22 janeiro, 2002	22 janeiro, 2022	20	7,1
Jardim	24 setembro, 2009	24 setembro, 2039	30	24,7
Jatei	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	24,0
Juti	24 abril, 2003	24 abril, 2023	20	8,3
Ladário	17 junho, 1992	17 junho, 2012	20	0,0 (a)
Laguna Caarapã	29 dezembro, 2009	29 dezembro, 2039	30	25,0
Maracaju	10 junho, 2011	10 junho, 2041	30	26,5
Miranda	23 setembro, 2014	23 setembro, 2044	30	29,8
Mundo Novo	29 dezembro, 2010	29 dezembro, 2040	30	26,0
Naviraí	14 julho, 2000	14 julho, 2015	15	0,5
Nioaque	4 novembro, 2008	4 novembro, 2038	30	23,9
Nova Alvorada do Sul	30 outubro, 2003	30 outubro, 2023	20	8,8
Nova Andradina	27 abril, 2011	27 abril, 2041	30	26,3
Novo Horizonte do Sul	28 março, 2000	28 março, 2020	20	5,2
Paranaíba	5 dezembro, 2008	5 dezembro, 2038	30	23,9
Paranhos	8 março, 2012	8 março, 2042	30	27,2
Pedro Gomes	29 dezembro, 2009	29 dezembro, 2039	30	25,0
Ponta Porã	2 abril, 2012	2 abril, 2042	30	27,3
Porto Murtinho	30 maio, 2011	30 maio, 2041	30	26,4
Ribas do Rio Pardo	15 dezembro, 2011	15 dezembro, 2041	30	27,0
Rio Brilhante	29 dezembro, 2009	29 dezembro, 2039	30	25,0
Rio Negro	12 setembro, 2008	12 setembro, 2038	30	23,7
Rio Verde	11 março, 2010	11 março, 2040	30	25,2
Santa Rita do Pardo	4 outubro, 2000	4 outubro, 2020	20	5,8
Selvíria	4 junho, 2013	4 junho, 2043	30	28,4
Sete Quedas	9 março, 2001	9 março, 2021	20	6,2
Sidrolândia	15 dezembro, 2009	15 dezembro, 2039	30	25,0
Sonora	2 junho, 2003	2 junho, 2023	20	8,4
Tacuru	29 maio, 2012	29 maio, 2042	30	27,4
Taquarussu	6 agosto, 2004	6 agosto, 2034	30	19,6
Terenos	4 novembro, 2008	4 novembro, 2038	30	23,9
Três Lagoas	11 fevereiro, 2011	11 fevereiro, 2041	30	26,1
Vicentina	23 março, 2001	23 março, 2021	20	6,2

(a) A Companhia já manifestou interesse e está concentrando esforços para renovar estas concessões, estando em processo de negociação com os referidos municípios. Os fornecimentos dos serviços estão sendo realizados e efetuados os faturamentos no exercício de 2014.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

A autorização para a conclusão das demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria Executiva em 19 de janeiro de 2015.

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 - Contas a receber;
- Nota 6 - Serviços incorridos e não faturados;
- Nota 9 - Vida útil do ativo imobilizado;
- Nota 16 - Provisões para contingências;
- Nota 19 - Impostos diferidos.

2.5. Demonstração dos resultados abrangentes

Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece o contas a receber inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio de resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, as empresas detenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: Contas a receber e ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. O principal ativo que a Companhia possui nessa categoria é o “Contas a receber”.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

3.3. Concessões

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão de saneamento básico quando tem um direito contratual incondicional a receber caixa ou outro ativo financeiro da concedente pelos serviços de saneamento básico ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja paga pelos serviços de saneamento básico parcialmente por meio de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

3.4. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e empreiteiros e outras contas a pagar.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

3.5. Capital social

a) Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributáveis.

O estatuto social da Companhia determina o percentual dos dividendos mínimos obrigatórios (vide Nota Explicativa nº 18.e).

3.6. Estoques

Está avaliado pelo custo médio ponderado relativo ao valor nominal de aquisição, incluindo o valor dos impostos não recuperáveis e os fretes, deduzidos da provisão para atender a perdas prováveis por obsolescência, desuso ou para ajuste a valor de mercado quando este for inferior.

3.7. Ativo financeiro

A Companhia reconhece como um “Ativo Financeiro”, o crédito a receber do poder concedente visto que possui o direito incondicional de receber indenização ao fim do contrato de concessão referente aos bens edificadas e não recuperados por meio da utilização operacional dos bens. Esses ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa SELIC em vigor em 31 de dezembro de 2014.

3.8. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão-de-obra direta;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Companhia. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Bens registrados no ativo imobilizado são os que não possuem vinculação com concessões de serviços públicos, ou seja, os bens de uso geral.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos, serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar os custos de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos bens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

- Edificações: 50 anos;
- Móveis e utensílios: 10 anos;
- Equipamentos: 10 anos;
- Computadores e periféricos: 5 anos;
- Equipamentos pesados: 4 anos;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

- Veículos:5 anos;
- Ferramentas:5 anos;

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.9. Intangível

a) Contratos de concessão de serviços

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão (Nota Explicativa nº 10).

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

As obras em andamento, enquanto não concluídas, são classificadas no ativo Intangível. Os juros incorridos sobre empréstimos bancários utilizados para custear a construção de novas estações de água e esgoto estão sendo capitalizados como parte de seus custos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

3.10. Redução ao valor recuperável (Impairment)

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferido, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o menor valor entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A administração da Companhia não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos não financeiros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

3.11. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

Os resultados das operações compreendem as receitas, custos e despesas sendo apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

a) Receita de serviços

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de águas e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário, correspondentes a última leitura até a data de encerramento do balanço. A receita é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O resultado financeiro líquido inclui principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros sobre atraso de clientes, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação a valor justo de acordo com a classificação do título, além das variações monetárias e cambiais líquidas.

3.12. Benefícios a empregados

a) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou que a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida, cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço, são descontadas aos seus valores presentes. As obrigações de pagamento para planos de contribuição definida são reconhecidas como uma despesa no resultado à medida que são incorridas. A Companhia não possui outros benefícios pós-empregos.

b) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia não dispõe de plano de benefícios pós-emprego.

3.13. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.14. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.15. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9 % sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributário anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e serão reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

3.16. Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

3.17. Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável somente as companhias abertas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

3.18. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

a) Contas a receber e outros recebíveis

O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, excluindo obra em andamento, mas incluindo recebíveis de contratos de concessão de serviços, é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros, apurados na data de apresentação que se equiparam ao valor contábil.

3.19. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Bancos conta movimento	3.927	6.318
	<u>3.927</u>	<u>6.318</u>

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 26.

5. Aplicações financeiras

A composição das aplicações financeiras está representada como segue:

	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Taxa juros média a.a.</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Instituição financeira				
Banco do Brasil S.A.	Renda fixa	8,63%	3.184	17.767
Caixa Econômica Federal	Renda fixa	9,53%	4.800	31.183
Outros			30	211
			<u>8.014</u>	<u>49.161</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

As cotas de fundo de investimento classificados como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado, sendo que no ano de 2014 a rentabilidade média foi de 9,08%. Esses recursos serão utilizados em investimentos em ativos necessários para a conclusão do ativo intangível (redes de água e esgoto dos municípios e demais investimentos previstos nos contratos de programa).

A composição das aplicações financeiras está representada como segue:

Fundos de investimentos Modalidade	Taxa de juros média a.a	2014	2013
Fundos de investimentos	10,68%	2.763	15.223
Fundos de investimentos	10,29%	196	1.166
Fundos de investimentos	9,74%	71	503
Fundos de investimentos	10,79%	3.945	30.319
Fundos de investimentos	9,11%	855	880
Fundos de investimentos	6,77%	11	17
Poupança	6,55%	173	1.053
		8.014	49.161

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 26.

6. Contas a receber

	2014	2013
Serviços de água e esgotos	85.345	77.882
Serviços incorridos e não faturados	14.094	12.976
Outros serviços	16.071	16.511
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(58.144)	(48.397)
	57.366	58.972

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia adota o critério de constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base nos créditos vencidos há mais de 120 dias e julga ser suficiente para a cobertura de eventuais perdas. A Companhia acredita que nenhuma provisão será necessária com relação as contas a receber não vencido.

7. Estoques

	2014	2013
Material de manutenção e conservação	7.062	6.308
Material de expediente	138	161
	7.200	6.469

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)**

São representados por materiais necessários à operacionalização e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotos.

8. Ativo financeiro

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Concessões indenizáveis	70.480	70.082
Ajuste a valor presente	7.272	398
	<u>77.752</u>	<u>70.480</u>

Refere-se ao montante esperado de recebimento junto ao poder concedente (municípios) ao final do prazo das concessões. Esses valores foram ajustados aos respectivos valores presentes de cada Contrato de Concessão, descontados pela taxa SELIC de 11,75%, taxa vigente no mês de dezembro de 2014.

9. Imobilizado

	<u>Taxa anual depreciação</u>	<u>Saldos em 31/12/2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferência</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldos em 31/12/2013</u>
Custo						
Bens de uso geral						
Terrenos	-	3.931	29	1	-	3.961
Edificações	2%	14.374	90	3.076	-	17.540
Móveis e utensílios	10%	4.050	568	20	(309)	4.329
Equipamentos	10%	5.690	1.666	34	(169)	7.221
Veículos	20%	15.309	4.568	-	(2.736)	17.141
Equipamentos pesados	25%	10.002	2.658	-	(666)	11.994
Computadores	20%	4.779	1.084	14	(658)	5.219
Ferramentas/ferramental	20%	179	21	-	(1)	199
Telefones	-	6	-	-	-	6
Obras em andamento	-	10.926	5.402	(5.912)	(80)	10.336
		<u>69.246</u>	<u>16.086</u>	<u>(2.767)</u>	<u>(4.619)</u>	<u>77.946</u>
Depreciação						
Bens de uso geral						
Edificações		(3.479)	(309)	-	-	(3.788)
Móveis e utensílios		(1.701)	(328)	-	282	(1.747)
Equipamentos		(2.985)	(440)	-	157	(3.268)
Veículos		(10.148)	(2.185)	-	2.650	(9.683)
Equipamentos pesados		(7.760)	(1.222)	-	593	(8.389)
Computadores		(2.676)	(770)	-	602	(2.844)
Ferramentas/ferramental		(108)	(24)	-	1	(131)
		<u>(28.857)</u>	<u>(5.278)</u>	<u>-</u>	<u>4.285</u>	<u>(29.850)</u>
		<u>40.389</u>	<u>10.808</u>	<u>(2.767)</u>	<u>(334)</u>	<u>48.096</u>

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

O montante de transferência de R\$ 2.767 refere-se ao saldo das obras concluídas e transferidas para o Ativo intangível:

	Taxa anual depreciação	Saldos em 31/12/2013	Adições	Transferência	Baixas	Saldos em 31/12/2014
Custo						
Bens de uso geral						
Terrenos	-	3.961	-	-	-	3.961
Edificações	2%	17.540	-	2.300	-	19.840
Móveis e utensílios	10%	4.329	2.337	37	(126)	6.577
Equipamentos	10%	7.221	303	52	(13)	7.563
Veículos	20%	17.141	1.418	613	-	19.172
Equipamentos pesados	25%	11.994	462	-	-	12.456
Computadores	20%	5.219	373	21	(1)	5.612
Ferramentas/ferramental	20%	199	-	-	(1)	198
Telefones	-	6	-	-	-	6
Obras em andamento	-	10.336	17.992	(6.093)	(5)	22.230
		<u>77.946</u>	<u>22.885</u>	<u>(3.070)</u>	<u>(146)</u>	<u>97.615</u>
Depreciação						
Bens de uso geral						
Edificações		(3.788)	(367)	-	-	(4.155)
Móveis e utensílios		(1.747)	(410)	-	106	(2.051)
Equipamentos		(3.268)	(541)	34	12	(3.763)
Veículos		(9.683)	(2.573)	-	-	(12.256)
Equipamentos pesados		(8.389)	(1.238)	-	-	(9.627)
Computadores		(2.844)	(710)	-	1	(3.553)
Ferramentas/ferramental		(131)	(24)	-	-	(155)
		<u>(29.850)</u>	<u>(5.863)</u>	<u>34</u>	<u>119</u>	<u>(35.560)</u>
		<u>48.096</u>	<u>17.022</u>	<u>(3.036)</u>	<u>(27)</u>	<u>62.055</u>

O montante de transferência de R\$ 3.036 refere-se ao saldo das obras concluídas e transferidas para o Ativo intangível.

10. Intangível

	Saldos em 31/12/2012	Adições	Transferência	Baixas	Saldos em 31/12/2013
Custo					
Em operação					
Sistemas de abastecimento de água	332.961	9.266	21.749	(413)	363.563
Sistemas de esgotamento sanitário	115.886	3.213	18.361	(64)	137.396
	<u>448.847</u>	<u>12.479</u>	<u>40.110</u>	<u>(477)</u>	<u>500.959</u>
Amortização					
Em operação					
Sistemas de abastecimento de água	(159.222)	(9.857)	-	363	(168.716)
Sistemas de esgotamento sanitário	(30.469)	(3.219)	-	40	(33.648)
	<u>(189.691)</u>	<u>(13.076)</u>	<u>-</u>	<u>403</u>	<u>(202.364)</u>
Obras em andamento					
Sistemas de abastecimento de água	50.782	17.484	(20.558)	-	47.708
Sistemas de esgotamento sanitário	48.747	35.621	(16.785)	-	67.583
Subvenções recebidas	(3.082)	(4.627)	-	-	(7.709)
	<u>96.447</u>	<u>48.478</u>	<u>(37.343)</u>	<u>-</u>	<u>107.582</u>
Ativo financeiro	(70.082)	-	(398)	-	(70.480)
	<u>285.521</u>	<u>47.881</u>	<u>2.369</u>	<u>(74)</u>	<u>335.697</u>

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)**

	Saldos em 31/12/2013	Adições	Transferência	Baixas	Saldos em 31/12/2014
Custo					
Em operação					
Sistemas de abastecimento de água	363.563	13.995	8.766	(1.224)	385.100
Sistemas de esgotamento sanitário	137.396	9.602	32.312	(3)	179.307
	500.959	23.597	41.078	(1.227)	564.407
Amortização					
Em operação					
Sistemas de abastecimento de água	(168.716)	(10.840)	7	1.184	(178.365)
Sistemas de esgotamento sanitário	(33.648)	(4.295)	(41)	2	(37.982)
	(202.364)	(15.135)	(34)	1.186	(216.347)
Obras em andamento					
Sistemas de abastecimento de água	47.708	33.880	(8.117)	-	73.471
Sistemas de esgotamento sanitário	67.583	42.317	(29.891)	-	80.009
Subvenções recebidas	(7.709)	(3.714)	-	-	(11.423)
	107.582	72.483	(38.008)	-	142.057
Ativo financeiro	(70.480)	-	(7.272)	-	(77.752)
	335.697	80.945	(4.236)	(41)	412.365

O Ativo Intangível em operação é representado por valores dos investimentos realizados em sistemas de abastecimento de água e esgotos e foram reconhecidos pela diferença entre o total dos investimentos realizados, em fase de produção, e o valor reconhecido como um Ativo Financeiro (Nota Explicativa nº 8). As taxas de amortização são definidas com base nos prazos de concessão de cada Contrato e foram estabelecidas mediante estudos específicos, com base nas estimativas de vida útil dos bens.

A partir de 2008, com o advento da Lei nº 11.638/07, a Companhia vem realizando estudos visando à avaliação da provisão constituída, adotando-se o método de fluxo de caixa descontado. Em 2014, foi utilizada uma taxa de desconto de 11,75%, equivalente à taxa Selic de dezembro de 2014, divulgada pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil - Copom. A Companhia entende que essa taxa de remuneração é suficiente para a geração de caixa, necessário à manutenção de suas atividades operacionais e cobertura dos investimentos futuros.

O valor líquido de transferência de R\$ 4.236, sendo que R\$ 7.272 para o Ativo Financeiro e R\$ 3.036 do Imobilizado.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

11. Fornecedores e empreiteiros

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fornecedores de serviços e materiais (a)	13.256	10.027
Empreiteiros (b)	14.151	10.915
	<u>27.407</u>	<u>20.942</u>

- a) O saldo está representado por débitos com fornecedores diversos, necessários à operação de suas atividades normais;
- b) O saldo está representado por empresas contratadas para execução de projetos, obras e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotos sanitários em diversas localidades do Estado de Mato Grosso do Sul.

12. Empréstimos e financiamentos

	<u>2014</u>		<u>2013</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Caixa Econômica Federal	7.094	65.400	6.509	61.083
Banco do Brasil S.A.	-	-	564	-
Caixa/BNDES	1.175	3.091	773	4.260
	<u>8.269</u>	<u>68.491</u>	<u>7.846</u>	<u>65.343</u>

Os financiamentos com recursos da Caixa Econômica Federal destinaram-se, substancialmente, à implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e dos sistemas de esgotos sanitários, e estão garantidos por aval do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e por bens do ativo.

A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (*covenants*).

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

Os principais dados de cada contrato estão demonstrados a seguir:

Contrato	Projeto	Encargos financeiros	2014	2013	Credor	Prazo	Vencimento final
24393-78	Dourados 1º/91 Esg. fase 2	UPR juros 6% a.a.	6.976	8.047	CAIXA	300	Jan de 2020
24394-93	Três Lagoas 1º/91 Esgoto	UPR juros 6% a.a.	2.514	2.993	CAIXA	300	Mar de 2019
22212-36	Dourados Esgoto 1/90	UPR juros 6% a.a.	2.133	2.521	CAIXA	300	Mai de 2019
36744-78	Três Lagoas Esgoto 2ª fase	UPR juros 5% a.a.	164	348	CAIXA	216	Out de 2015
82253-20	Pro San Sidrolândia SAA	UPR juros 8% a.a.	-	158	CAIXA	180	Ago de 2014
24397-60	Prosaneat Dourados SAA/ESG	UPR juros 6% a.a.	363	417	CAIXA	300	Mar de 2020
182228-60	Prog San Todos P. Porã Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	1.233	1.280	CAIXA	234	Fev de 2028
180167-94	Prog San Todos T.Lagoas Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	987	1.023	CAIXA	234	Abr de 2028
182226-41	Prog San Todos Dourados Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	602	625	CAIXA	234	Jan de 2028
190463-93	Prog San Todos A Taboado DI	UPR juros 8% a.a.	143	190	CAIXA	120	Jun de 2017
182233-33	Prog San Todos Corumbá DI	UPR juros 8% a.a.	210	266	CAIXA	120	Jan de 2018
182227-56	Prog San Todos Corumbá Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	888	922	CAIXA	234	Jan de 2028
241662-97	Prog San Todos T. Lagoas Água	UPR juros 6% a.a.	7.046	7.802	CAIXA	120	Set de 2021
241693-66	Prog San Todos P. Porã SAA	UPR juros 6% a.a.	2.159	2.225	CAIXA	240	Fev de 2030
241695-85	Prog San Todos Corumbá SAA	UPR juros 6% a.a.	4.678	4.805	CAIXA	240	Fev de 2031
241664-14	Prog San Todos T.Lagoas Esgoto	UPR juros 6% a.a.	8.939	9.180	CAIXA	240	Fev de 2031
291832-99	Prog San Todos P. Porã EPE	UPR juros 6% a.a.	2.962	3.040	CAIXA	240	Dez de 2029
			16.60				
292251-97	Prog San Todos Corumbá Água	UPR juros 6% a.a.	1	15.135	CAIXA	262	Dez de 2031
291829-42	Prog San Todos T.Lagoas Esgoto	UPR juros 6% a.a.	7.721	5.560	CAIXA	240	Dez de 2029
376949-00	Prog San Todos Iguatemi Água	UPR juros 6% a.a.	718	439	CAIXA	240	Abr de 2033
376945-45	Prog San Todos Coxim Água	UPR juros 6% a.a.	1.740	-	CAIXA	240	Abr de 2034
376927-42	Prog San Todos Rio Verde Água	UPR juros 6% a.a.	1.621	-	CAIXA	240	Abr de 2034
376903-66	Prog San Todos Itaquiraí Água	UPR juros 6% a.a.	1.298	-	CAIXA	240	Jul de 2033
376947-83	Prog San Todos Itaporã Água	UPR juros 6% a.a.	300	-	CAIXA	240	Out de 2033
							Até o ano 2015
	Outros contratos	UPR e juros de 5 a 8% a.a	2	157	CAIXA		
40/00538-0	FCO-Banco do Brasil	10% a.a.	-	560	BANCO BRASIL	18	Jul de 2014
001735200001-53	Finame	3% a.a.	948	1.058	CAIXA/BNDES	60	Jul de 2018
001735200002-34	Finame	3% a.a.	658	826	CAIXA/BNDES	60	Jul de 2018
001735200003-15	Finame	3% a.a.	439	551	CAIXA/BNDES	60	Jul de 2018
001735200004-04	Finame	3% a.a.	936	1.176	CAIXA/BNDES	60	Jul de 2018
001735200006-68	Finame	4% a.a.	98	120	CAIXA/BNDES	60	Ago de 2018
001735200007-49	Finame	4% a.a.	215	264	CAIXA/BNDES	60	Ago de 2018
001735200008-20	Finame	3,5% a.a.	966	1.008	CAIXA/BNDES	60	Out de 2018
	Juros incorridos a vencer		502	493			
	Total da dívida		<u>76.760</u>	<u>73.189</u>			

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante estão assim distribuídos:

Credor	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2021	Total
Caixa Econômica Federal	5.562	6.006	6.487	11.503	12.367	23.475	65.400
Caixa/BNDES	1.164	1.164	763	-	-	-	3.091
	<u>6.726</u>	<u>7.170</u>	<u>7.250</u>	<u>11.503</u>	<u>12.367</u>	<u>23.475</u>	<u>68.491</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

13. Obrigações com pessoal

	2014	2013
Encargos sociais a recolher	2.582	2.143
Ordenados e salários a pagar	4.126	3.353
Participação no resultado	1.006	3.043
Provisão de férias e encargos sociais	8.118	7.036
	15.832	15.575

14. Parcelamento de tributos e contribuições sociais

Descrição	2014		2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Programa de Recuperação Fiscal - Refis	2.139	4.516	1.991	6.193
Reabertura do parcelamento de tributos e contribuições sociais	414	172	374	531
	2.553	4.688	2.365	6.724

Em 2000, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - Refis, instituído pelo Governo Federal, e vinha amortizando o saldo devedor existente com base em valor equivalente a 1,2% de seu faturamento bruto mensal, com incidência da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Em 18 de novembro de 2009, com o advento da Lei nº 11.941/09, a Companhia aderiu ao reparcelamento dessa dívida, tendo como destaque a compensação de juros, no valor de R\$13.818, com bases negativas da CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) e prejuízo fiscal. Com o reparcelamento e aplicação dos incentivos previstos na Lei nº 11.941/09, o saldo devedor, em 18 de novembro de 2009, passou a ser R\$12.306, a ser amortizado no prazo de 66 meses, com incidência da Taxa de Juros Selic.

Em 2013, a Companhia aderiu a reabertura da Lei nº 11.941/09. Foi feita a desistência do parcelamento referente à COFINS sendo parcelado com os benefícios da Lei. O saldo devedor passou a ser R\$ 937 (saldo em 2012 R\$ 1.920), a ser amortizado no prazo de 30 meses, com incidência da Taxa de Juros Selic.

15. Juros sobre capital próprio

Neste exercício, a Companhia atribuiu créditos aos seus acionistas no valor de R\$ 22.527, (em 2013 R\$ 19.732) referente a juros sobre capital próprio em substituição aos dividendos obrigatórios, conforme previsão estatutária e legislação pertinente. Essa distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios, serão encaminhados à Assembleia Geral de Acionistas para aprovação, está assim realizada: Estado de Mato Grosso do Sul (R\$ 22.507) e Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos - AGESUL (R\$ 20).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

Os juros foram calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos da Lei nº 9.249/95. Para fins de demonstração e adequação as práticas contábeis, os respectivos juros foram revertidos na demonstração de resultado na linha de encargos financeiros líquidos para a conta de prejuízos acumulados na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Conforme previsto pela legislação fiscal e dentro dos limites de 50% do lucro antes do Imposto de Renda, o valor contabilizado foi integralmente deduzido na apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social, e o benefício tributário oriundo dessa dedução foi de R\$ 7.659 (em 2013, 6.709).

16. Provisão para contingências

A Administração da Companhia adota a política de registro de provisão para fazer frente a processos e notificações envolvendo ações de natureza fiscais, cíveis e trabalhistas, com base nos pareceres jurídicos dos advogados, em montantes julgados suficientes para cobertura de prováveis perdas, assim distribuídas:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ações fiscais	5.325	5.325
Ações cíveis	27.468	25.271
Ações trabalhistas	2.552	1.112
	<u>35.345</u>	<u>31.708</u>

Ações fiscais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Diferença base cálculo Cofins/PIS-Pasep (a)	5.325	5.325
	<u>5.325</u>	<u>5.325</u>

a) Em 2004, por meio de procedimentos de fiscalização, a Companhia foi notificada pela Secretaria da Receita Federal a recolher diferenças de contribuições ao PIS/PASEP e COFINS. Essas diferenças estão sendo contestadas pelos consultores jurídicos da Companhia por julgá-las improcedentes. Foi constituída provisão no valor de R\$5.325 referente ao montante estipulado pelas respectivas notificações.

Ações cíveis

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Tubos e Conexões Tigre S.A. (b)	19.210	19.210
Outras ações cíveis (c)	8.258	6.061
	<u>27.468</u>	<u>25.271</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)**

- b) A Companhia mantém registrado o montante de R\$ 19.210 em favor da empresa Tigre S.A. - Tubos e Conexões, refere-se a uma dívida, cujo valor foi revisto no exercício de 2000, no qual a Companhia e a Tigre assinaram um termo judicial de confissão e acordo de dívida, no montante de R\$ 14.000, a valores históricos, à época. Amparada pelos seus consultores jurídicos, a Companhia suspendeu, desde o mês de fevereiro de 2004, as amortizações mensais dessa dívida e realizou o recolhimento das parcelas devidas até o mês de julho de 2004, por meio de depósitos judiciais, uma vez que está pleiteando nova revisão do saldo devedor, com base em laudo técnico realizado por uma empresa independente, cujo resultado montou em R\$ 7.697, quando da assinatura daquele termo judicial. Na opinião dos assessores jurídicos da Companhia a possibilidade de perda deste litígio é provável.
- c) Outras ações cíveis referem-se a diversas ações judiciais, que surgem no curso normal dos negócios, e por opinião dos consultores jurídicos a probabilidade de perda é provável.

Ações trabalhistas

São relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços, oriundos de responsabilidade solidária.

Processos judiciais com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte integrante em diversas ações judiciais referente às questões cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas pelos seus consultores jurídicos como possíveis de perda e não estão registradas contabilmente. O montante histórico atribuído a esses processos representa aproximadamente R\$ 12.127 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 17.790 em 2013).

17. Partes relacionadas

Durante o exercício de 2014 não foram identificadas transações entre partes relacionadas além da remuneração do pessoal chave da administração.

a) Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2014, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a direção da Companhia, totalizou R\$ 888 (R\$ 858 em 2013) registrados no grupo de despesas administrativas, incluindo salários, remunerações variáveis e benefícios diretos.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 450.000 (R\$ 400.000 em 2013), está representado por 283.241.754 ações ordinárias sem valor nominal (mesma quantidade em 31 de dezembro de 2013), pertencentes aos seguintes acionistas:

Acionistas	Ações	%
Estado de Mato Grosso do Sul	282.986.836	99,91
Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos	254.918	0,09
	283.241.754	100,00

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Reserva de lucros

É destinada à aplicação em pagamentos de investimentos previstos no orçamento e/ou aumento de capital social. Está sujeita à aprovação na próxima Assembleia Geral que ocorrerá até abril 2015.

	2014	2013
Em 1º de janeiro	31.267	78.112
Aumento de capital	(30.267)	(72.674)
Resultado do exercício	39.292	48.301
Reserva legal	(1.964)	(2.416)
Reserva de incentivo fiscal - Lei nº 11.941/09	(85)	(324)
Juros sobre o capital próprio	(22.527)	(19.732)
Lucro líquido para retenção de lucro	15.716	31.267

d) Reserva de Incentivo Fiscal

Constituída pela transferência de parcela do lucro do exercício, correspondente às subvenções para investimentos recebidas e reconhecidas no resultado, em atendimento à Lei 11.941 de 27 de maio de 2009.

e) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

19. Ativos fiscais diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

Impostos diferidos de ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

	2014	Reconhecidos no resultado	2013
Ativo não circulante			
Provisões para contingências	5.005	1.237	3.768
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.336	1.444	4.892
Outras adições	409	404	5
Prejuízo fiscal do imposto de renda	30.116	(2.619)	32.735
Base negativa da contribuição social	7.697	(943)	8.640
	49.563	(477)	50.040

Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos acumulados, considerando que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, podendo ser utilizados contra tais perdas. As condições para reconhecimento do ativo fiscal diferido, conforme descrito no Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro. As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Despesa de imposto corrente

	2014		2013	
	%	R\$	%	R\$
Reconciliação taxa efetiva				
Resultado antes dos impostos		47.894		62.867
Juros sobre o capital próprio		(22.527)		(19.732)
		25.367		43.135
Imposto pela alíquota fiscal	(34,0)	(8.625)	(34,0)	(14.665)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	14,0	3.563	10,6	4.562
Adições/exclusões permanentes	(12,0)	(3.063)	(0,8)	(357)
	32,0	(8.125)	24,2	(10.460)

20. Receita operacional líquida

	2014	2013
Serviço de abastecimento de água	265.538	247.596
Serviços de esgoto	44.875	35.271
Outros serviços de água	20.420	18.539
(-) Impostos sobre serviços (PIS-PASEP/COFINS)	(30.711)	(27.759)
(-) Impostos sobre serviços (ICMS)	-	(5.528)
	300.122	268.119

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

21. Custo de operação e manutenção

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Pessoal	(61.218)	(53.701)
Material	(15.226)	(12.890)
Serviços de terceiros	(83.002)	(64.905)
Outros	(1.438)	(986)
Amortização do intangível	(15.135)	(13.077)
(-) Créditos PIS-PASEP/COFINS	6.084	4.869
	<u>(169.935)</u>	<u>(140.690)</u>

22. Despesas comerciais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Pessoal	(2.266)	(2.115)
Material	(9)	(15)
Serviços de terceiros	(5.923)	(4.095)
Outros	(115)	(86)
	<u>(8.313)</u>	<u>(6.311)</u>

23. Despesas administrativas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Pessoal	(37.274)	(33.934)
Material	(1.206)	(1.055)
Serviços de terceiros	(16.616)	(13.153)
Impostos e contribuições	(938)	(579)
Provisões	(14.274)	(6.056)
Depreciações	(5.863)	(5.277)
Outros	(3.292)	(3.166)
	<u>(79.463)</u>	<u>(63.220)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

24. Outras receitas e despesas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Outras receitas		
Subvenções para investimentos	85	324
Venda de bens do ativo imobilizado	976	710
Contribuições e doações	7.322	4.056
Administração de serviço da coleta de lixo	616	418
Serviços técnicos de engenharia	-	-
Recuperação de crédito	-	1.312
Outras	121	260
	<u>9.120</u>	<u>7.080</u>
Outras despesas		
Perdas em processos judiciais	(2.386)	(2.605)
Custo de bens baixados do imobilizado	(62)	(328)
Projetos e obras sociais	(12)	(173)
Outras	(173)	(56)
	<u>(2.633)</u>	<u>(3.162)</u>
	<u>6.487</u>	<u>3.918</u>

25. Encargos financeiros líquidos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa Econômica Federal (juros, taxas e variações)	(3.964)	(2.957)
Reparcelamento Lei nº 11.941/09	(616)	(514)
Outros	(437)	(416)
Receitas de aplicações financeiras	4.013	4.938
	<u>(1.004)</u>	<u>1.051</u>

26. Gerenciamento dos riscos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento de capital da Companhia.

a) Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

b) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e suas obrigações.

c) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de clientes ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentados abaixo.

d) Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	<u>Nota</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.927	6.318
Aplicações financeiras	5	8.014	49.161
Contas a receber	6	57.366	58.972
Ativo financeiro	8	77.752	70.480
		<u>147.059</u>	<u>184.931</u>

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia têm atualmente recebíveis no segmento de saneamento.

Os principais mitigadores do risco de crédito são os contratos de concessão. A Companhia detém o controle direto dos recebíveis e o fornecimento dos serviços, além disso, existe o fornecimento de contratos com previsões de indenização em caso de renúncia do poder concedente, com alto grau de controle sobre os recebíveis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes registrados no ativo circulante, na data das demonstrações contábeis para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável, era a seguinte:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
A vencer	43.403	45.848
Vencido de 1 a 30 dias	8.567	7.680
Vencido de 31 a 90 dias	3.289	3.113
Vencido de 91 a 120 dias	2.107	2.331
Vencidos acima de 120 dias	58.144	48.397
	<u>115.510</u>	<u>107.369</u>

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação às contas a receber e outros recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldo em 1º de janeiro	48.397	46.957
Provisão para redução ao valor recuperável	9.747	1.440
	<u>58.144</u>	<u>48.397</u>

A provisão para redução ao valor recuperável é relacionada a vários clientes-usuários dos serviços prestados de água e esgoto, o que corresponde a títulos vencidos há mais de 120 dias que indicam que os clientes não devem conseguir pagar seus saldos pendentes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2014	2013
Empréstimos e financiamentos	12	76.760	73.189
Fornecedores	11	27.407	20.942
		<u>104.167</u>	<u>94.131</u>
Circulante		(35.676)	(28.788)
Não circulante		(68.491)	(65.343)

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

31 de dezembro de 2014	Fluxo de							
	Valor contábil	caixa contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	38 a 60 meses	Após 61 meses
Passivos financeiros não derivativos								
Empréstimos e financiamentos	76.760	189.404	13.113	15.431	19.021	20.819	50.206	70.814
Fornecedores e empreiteiros	27.407	27.407	27.407	-	-	-	-	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as e taxas de juros têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas à UPR.

Perfil

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	2014	2013
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	3.927	6.318
Outros investimentos	8.014	49.161
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	76.760	73.189

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

Abaixo apresentam-se as análises de sensibilidade para os riscos de mercado relevantes a que a Companhia está suscetível:

Instrumentos	Exposição 2014	Risco	Taxa de juros efetiva	Cenários					
				Provável		Elevação do Índice em 25%		Elevação do Índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
Passivos financeiros - Financiamentos	(76.760)	UPR	7	7	(5.373)	8,75	(6.717)	10,5	(8.060)
Total	(76.760)				(5.373)		(6.717)		(8.060)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2014	Risco	Taxa de juros efetiva	Cenários					
				Provável		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
Passivos financeiros - Financiamentos	(76.760)	UPR	7	7	(5.373)	5,25	(4.030)	3,5	(2.687)
Total	(76.760)				(5.373)		(4.030)		(2.687)

Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme CPC 14 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou o passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	31 de dezembro de 2014		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Outros investimentos	-	8.014	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

Valor justo versus valor contábil

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação.

	Valor contábil		Valor justo	
	2014	2013	2014	2013
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	3.927	6.318	3.927	6.318
Aplicações financeiras	8.014	49.161	8.014	49.161
Contas a receber e outros recebíveis	57.366	58.972	57.366	58.972
Ativo financeiro	<u>77.752</u>	<u>70.480</u>	<u>77.752</u>	<u>70.480</u>
	<u>147.059</u>	<u>184.931</u>	<u>147.059</u>	<u>184.931</u>
Passivos financeiros				
Fornecedores e outras contas a pagar	27.407	20.942	27.407	20.942
Empréstimos e financiamentos	<u>76.760</u>	<u>73.189</u>	<u>76.760</u>	<u>73.189</u>
	<u>104.167</u>	<u>94.131</u>	<u>104.167</u>	<u>94.131</u>

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

Caixa e equivalentes de caixa. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

Os saldos de outros investimentos correspondem aos valores justos calculados com base nas aplicações financeiras da Companhia.

O contas a receber e fornecedores decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

Os empréstimos e financiamentos estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratar de captações com características exclusivas, decorrentes de fontes de financiamento específicas, não negociáveis em mercado ativo:

	Valor justo por meio de resultado	2014		2013	
		Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa		3.927		6.318	-
Aplicações financeiras	8.014			-	-
Contas a receber	-	57.366		58.972	-
Ativo Financeiro			77.752		70.480
	8.014	61.293	77.752	65.290	70.480
Passivos financeiros					
Fornecedores	-		27.407	-	20.942
Empréstimos e financiamentos	-		76.760	-	73.189
	-		104.167	-	94.131

27. Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

28. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de não contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

29. Aspectos ambientais

As instalações da Companhia consideram que suas atividades de saneamento básico e tratamento de esgoto sanitário estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, além de acreditarem que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

30. Resultados por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro/prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias conforme demonstrativo abaixo:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro do exercício	39.292	48.301
Número de ações	283.241.754	283.241.754
Resultado por ação básico e diluído (reais)	0,14	0,17